

DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA

Jaime Nogueira MENDES JÚNIOR¹

Marcos César FERREIRA²

Resumo

Desenvolvimento é transformação, transição e movimento para um *outro estado das coisas*. É também denúncia da insatisfação humana em relação ao *atual estado das coisas* e desejo por uma meta dinâmica que se transforma na medida em que também se transforma a consciência humana. Por meio da compreensão sobre a dinâmica contida na idéia de desenvolvimento, que dá sentido ao processo de desenvolvimento, oferecemos uma análise baseada nesse mesmo princípio dinamizador que define a causa finalista de qualquer ação sócio-ambiental. Sob o escopo dessa análise, procuramos revelar não somente o desejo encerrado na noção moderna de desenvolvimento, mas, sobretudo, a necessidade urgente de impulsionar a noção de desenvolvimento para além de sua concepção baseada no crescimento econômico e de sua versão dissimulada sob o véu do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável. Ecologia.

Abstract

Development, sustainability and economic growth: an ecological perspective

Development is transformation, transition and movement towards *another state of the things*. It is also the human dissatisfaction, denunciation about the *present state of the things* and desire for a goal whose dynamics depends upon the human consciousness development. By means of the comprehension on the dynamics within the development idea which provides meaning and direction to the development process, we offer an analysis based on the same dynamics principle which defines the final cause of any integrated social-environmental action. Under this analysis scope we intend not only to reveal the desire within the modern idea of development, but mainly the urgent necessity for pushing the present idea of development beyond the boundaries of the economic growth paradigm, as well as its fake behind the sustainable development veil.

Key words: Development. Sustainable development. Ecology.

¹ Ecólogo – Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço: Sítio Pirapitingui, s/n – CP 297 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – E-mail: jaimendes@yahoo.com.br

² Professor livre docente do departamento de Geografia – Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço: r. João Pandiá Calógeras, 51 – CP 6152 – CEP 13083-970 – Campinas – SP – E-mail: macferre@ige.unicamp.br

INTRODUÇÃO

Discutir o tema *desenvolvimento* e seu mais recente desdobramento - o *desenvolvimento sustentável* - é algo extremamente trabalhoso e delicado. Isso se deve ao fato de, nos últimos tempos, ter havido uma produção literária volumosa e muito diversificada no que tange às diferentes abordagens e propostas de inúmeros autores com tendências variadas, resultando numa temática sempre polêmica e controvertida (VEIGA, 2005; SUNKEL e PAZ, 1988).

O trabalho que segue é parte de tese de doutoramento em Geografia defendida e aprovada. Diante da natureza desse trabalho, optamos por oferecer uma abordagem de tratamento investigativo que restringisse a amplitude desse tema controvertido a uma perspectiva ecológica em sua amplitude maior. A perspectiva ecológica, quando situada em sua dimensão maior, tem como objeto central de sua investigação o funcionamento de sistemas interconectados e organizados de forma a cumprir com aquilo que define a meta final de todos os seres: a manutenção da vida.

Tomando essa perspectiva baseada na demarcação de uma meta, emerge a noção de desenvolvimento enquanto descontentamento em relação ao *atual estado das coisas* e desejo por um *outro estado das coisas*, onde se pressupõe ser possível a realização humana.

A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NO MUNDO MODERNO.

Ao final da Conferência Internacional "Cidadãos da Terra", que aconteceu em Paris, em fevereiro de 2007, o presidente francês Jacques Chirac declarou que "temos de perceber que chegamos a um ponto sem retorno e causamos danos irreparáveis", referindo-se aos *impactos ambientais* provenientes do processo de desenvolvimento, notadamente o *aquecimento global* que foi reconhecido, nesse evento, como "consequência direta e inequívoca da ação do homem" (AFP, AP e REUTERS, 2007).

O quadro geral que se esboça no planeta apresenta os aspectos *social* e *ambiental* como aqueles em que se concentram os grandes problemas do mundo moderno. A evolução histórica desses problemas decorre, em boa medida, da política econômica que tem lastreado o processo de *desenvolvimento* em direção ao que, hoje, denominamos modernidade (LEFF, 2004; CASTORIADIS, 1987; VEIGA, 2005; CAVALCANTI, 2003; SHIVA, 1989).

Não obstante, a idéia de atrelar o processo de desenvolvimento ao fortalecimento econômico não é algo recente. Embora essa estratégia se manifeste com maior evidência ao longo dos três últimos séculos, isto é, por ocasião do surgimento das escolas liberais do século XVIII, suas raízes remontam, pelo menos, ao período mercantilista, cujo ideal apoiava-se na estratégia de promover o crescimento econômico como via de acesso ao desenvolvimento (ROSSETTI, 1987).

A associação entre *desenvolvimento* e *crescimento econômico* ganhou, ao longo dos séculos, um caráter praticamente inextricável a ponto de a própria ciência econômica, ao final do século XX, tratar ambos os conceitos como sinônimos (VEIGA, 2005). Os efeitos dessa falta de critério na distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico se estendem até os dias de hoje, e a associação entre esses dois processos distintos resultou numa espécie de amálgama em que não se pode mais perceber com clareza suas partes constitutivas. A idéia de desenvolvimento incorporou em seu cerne a idéia de crescimento econômico, e o aspecto político das nações passou a ser tratado sob a composição "político-econômico". Isso se deve, particularmente, aos resultados materiais colhidos por meio da

estratégia de se atrelar o desenvolvimento ao crescimento econômico. Essa estratégia passou a constituir o objetivo principal das políticas econômicas da maior parte dos países em busca do fortalecimento de suas economias, tal como explica muito bem o texto de Rossetti (1987, p.72) transcrito logo abaixo:

A taxa de crescimento do produto nacional tornou-se um símbolo de virilidade econômica, não somente para as economias já maduras, como principalmente para os países atrasados do Terceiro Mundo. As comparações internacionais e intertemporais de taxas reais de crescimento passaram a ser vistas como indicadores do êxito ou do fracasso da política econômica das nações. O crescimento passou a ser visto como solução para uma variedade de outros problemas [...]. Como tal, passou a ser um objetivo-síntese da política econômica. Mais ainda: como uma espécie de panacéia para todos os problemas, a fixação de metas ambiciosas de crescimento passou a condicionar a formulação da política econômica da maior parte das nações. Subordinavam-se a essas metas as demais diretrizes da política em curso.

A partir do amálgama produzido entre desenvolvimento e crescimento econômico, a idéia de desenvolvimento passou a subentender um movimento de acumulação material crescente com tendência ao infinito (CASTORIADIS, 1987). Dessa forma, o desenvolvimento perde a sua meta e permanece sem qualquer outro propósito que não seja o aumento das quantidades de modo infinito, tal como argumenta Castoriadis (1987, p. 146) no parágrafo que abaixo transcrevemos:

Chegamos desse modo à situação presente. O desenvolvimento histórico e social consiste em abandonar *qualquer* estado definido, em atingir um estado que não é definido por nada exceto pela capacidade de atingir novos estados. A norma é que não há norma. O desenvolvimento histórico e social é um desdobramento indefinido, sem fim (nos dois sentidos da palavra *fim*). E, à medida que a indefinição nos é insuportável, a definição é fornecida pelo crescimento das quantidades.

A consecução dos objetivos expressos pelo crescimento econômico estabelece como uma das bases fundamentais do modelo econômico o *consumo* em larga escala de bens e serviços, o que resulta num maior fluxo financeiro por meio dos mercados que, por sua vez, aumenta a capacidade de incremento dos lucros por parte dos grupos que detêm controle sobre os meios de produção e circulação das mercadorias. O *consumo* passou a desempenhar o papel de força motriz das economias de crescimento e o *desperdício* foi transformado numa estratégia para a aceleração desse processo. Isso chegou a ponto das indústrias instituírem aquilo que se denomina *obsolescência planejada*, que significa "diminuir propositalmente o tempo útil dos produtos, de forma a forçar a renovação constante do seu consumo" (LAGO; PÁDUA, 2001, p. 52).

Como conseqüência dos imperativos ditados pela ideologia do modelo econômico, surge uma *cultura* baseada nas extravagâncias, no desperdício e no caráter descartável dos produtos. Embora essa cultura tenha se estabelecido entre as elites do mundo todo, é nos países que se denominam "desenvolvidos" que os seus efeitos nocivos se tornam mais evidentes, ao passo que determina tendências de consumo e comportamento para populações e países menos favorecidos economicamente que perseguem e se orientam por essa noção, no mínimo controversa, de desenvolvimento oriunda dos países do hemisfério Norte.

Sabemos que os *padrões de consumo* dos países "desenvolvidos" são totalmente inviáveis quando se considera a necessidade de buscar soluções para a crise sócio-ambiental do mundo moderno (SACHS, 2002), o que já é motivo suficiente para se pensar no redimensionamento dos *estilos de vida* baseados nos padrões de consumo desses países. A

reprodução desses estilos de vida pelos países denominados “emergentes”, como é o caso da China, da Índia e do Brasil, pode criar um quadro extremamente crítico de pressão sobre o ambiente natural. De acordo com Musser (2005, p. 36), se considerarmos as projeções de crescimento para os casos da China e Índia, “em 2050 o chinês médio será tão rico quanto o suíço médio é hoje; o indiano médio, tão rico quanto um israelense hoje”. Outro fator de grande importância neste cenário, que tem recebido pouca importância na mídia, diz respeito à abertura dos mercados nos países do Leste europeu, à sua dificuldade em integrarem-se ao modo de produção capitalista e à iminência de um colapso social, econômico e político de grandes dimensões, com efeitos desestabilizadores sobre a economia mundial, tal como vem chamando a atenção o sociólogo alemão Robert Kurz (2004). A esses fatores se somam outros inúmeros de importância equivalente que caracterizam não somente a crise sócio-ambiental da modernidade, mas, sobretudo, acenam para um desastre no equilíbrio ambiental do planeta.

Por outro lado, há aqueles que depositam cegamente suas crenças nas virtudes do progresso tecnológico como meio de solucionar os problemas modernos. Sobre os trilhos lineares do pensamento simplificador, cientistas e economistas somam esforços associando a produção de novas tecnologias aos modelos econômicos pautados na valoração ambiental e comercialização de “licenças de poluição”, como é o caso da comercialização de créditos de carbono.

O fortalecimento da crença nos poderes da tecnologia se tornou mais evidente a partir da Revolução Industrial, cujo modelo é o desenvolvimento ocorrido na Grã-Bretanha entre 1700 e 1850, onde o crescimento econômico impulsionou o avanço tecnológico que otimizava a produção dentro de um ciclo eficiente de reprodução do capital. Os benefícios para a sociedade inglesa foram evidentes, propiciando alimentação regular, melhores condições sanitárias e assistência médica (ASHTON, 1990).

Não obstante, esse modelo de desenvolvimento ditava para os países denominados “atrasados” a crença na industrialização como via de acesso ao padrão de vida alcançado pelos países ricos (DIEGUES, 1992). Dessa forma, nutria-se a convicção de que o desenvolvimento, segundo a concepção baseada no crescimento econômico, pudesse resolver todos os problemas mundiais uma vez que todas as nações viessem a alcançar um determinado nível de riqueza.

O economista brasileiro Celso Furtado já alertava, em 1974, para a impossibilidade dos países pobres alcançarem os níveis de consumo dos países ricos, o que se deve à própria exclusão que o processo de desenvolvimento econômico determina, ou seja, o desenvolvimento enquanto crescimento econômico é, ele mesmo, o produtor da miséria e do subdesenvolvimento, pois o sistema que viabiliza seu funcionamento opera a partir de taxas crescentes de exploração social e ambiental, agravando as diferenças na concentração de renda em busca permanente de taxas maiores de crescimento do produto interno bruto (CAVALCANTI, 2003; SHIVA, 1989).

Dessa forma, a idéia de desenvolvimento que deveria nos conduzir a um estado de harmonia e paz entre as nações como resultado do progresso intelectual humano produz exatamente o seu contrário, e por meio das pressões crescentes sobre os ambientes naturais e sobre as camadas menos favorecidas da população, resultou em perspectivas sombrias para todo o planeta.

O padrão de vida adotado nos países “desenvolvidos” é extremamente oneroso e perverso para o ambiente natural e para as camadas mais pobres da população mundial. Lembremos que os países industrializados possuem 20% da população mundial e consomem 70% da energia mundial, 75% dos metais, 85% da madeira e 60% dos alimentos (BARBIERI, 1996). A reprodução desses padrões de consumo por parte dos países emergentes com vista ao suposto “bem-estar” alcançado pelos países “desenvolvidos” significa, por um lado, a possibilidade de um crescimento econômico ainda maior dos grupos dominantes, e, por outro lado, o aumento da ameaça de um colapso sócio-ambiental iminente.

Para abastecer esses mercados em ascensão é necessário acelerar e aumentar a produção, o que implica maiores pressões sobre o ambiente natural em relação à demanda por energia, por matérias-primas, deposição de rejeitos industriais, descargas de poluentes na atmosfera, contaminação do solo e cursos d'água por insumos agrícolas. Não obstante, há ainda o agravante de vivermos num mundo em que 3 bilhões de pessoas, metade da população do planeta, vivem com menos de US\$ 2 por dia e 1,5 bilhões de pessoas não possuem acesso à água potável (LEAUTIER, 2002).

Pouco a pouco, aprendemos que esse modelo de desenvolvimento só é funcional enquanto privilegia uma pequena minoria da população e cria, por outro lado, um estado de profunda miséria sócio-ambiental no restante do mundo (FOLADORI, 2001). Esse conceito de desenvolvimento está fortemente enraizado em princípios da economia neoclássica que defende a acumulação ilimitada de capital e pressupõe a natureza como elemento imutável, fonte inesgotável de matéria-prima e não, como um sistema vivo com processos e funções próprias (FOLADORI, 2001; DIEGUES, 1992).

Até meados da década de 60, os custos ambientais, em termos de uso intensivo de recursos naturais e da degradação da natureza, eram considerados normais e necessários no processo de desenvolvimento (DIEGUES, 1992). O surgimento dos movimentos ambientalistas no mundo industrializado, nessa mesma década, teve uma grande importância nos debates sobre o papel da Ecologia e da conservação no processo de desenvolvimento (ADAMS, 1992). Por outro lado, conciliar Ecologia e Economia, ou seja, conservação ambiental e crescimento econômico, apesar da origem etimológica comum entre os termos que nomeiam essas duas ciências, tem se configurado como um dos maiores desafios dos tempos modernos, pois sempre há colisão frontal entre as ações exigidas pelas políticas ambientais e econômicas.

Embora haja inúmeros argumentos substanciais elaborados pelos segmentos que se agrupam em torno da linha de pensamento focada na conservação ambiental e equilíbrio sócio-ambiental, escolhemos um trecho de autoria de Vandana Shiva (1989, p.4) que resume de modo claro a postura geral dos segmentos de inclinação conservacionista, o qual transcrevemos abaixo:

O crescimento econômico se dá através de uma super exploração dos recursos naturais que tem como consequência a escassez dos recursos naturais e da economia de subsistência de um povo. Além disso, o crescimento não pode auxiliar na recuperação das áreas que devem ser destruídas para que o crescimento econômico aconteça. A natureza diminui na proporção do crescimento do capital. O crescimento do mercado não pode solucionar as muitas crises que cria.

Por outro lado, a Economia tem relevado somente o aspecto financeiro, dentro de uma perspectiva elitista de crescimento ilimitado, justificado pelo ideário progressista calçado na espoliação dos recursos naturais em detrimento da conservação ambiental e do bem-estar dos segmentos menos privilegiados da população mundial. Nesta outra vertente do pensamento ocidental, hegemônica e melhor posicionada nos escalões do poder, concentra-se um número bem mais expressivo de políticos e pensadores que defendem, arduamente, suas posturas por meio da racionalidade aritmética contida em argumentos respaldados pelas melhorias inquestionáveis propiciadas pela "sociedade tecnológica", principalmente no que diz respeito à saúde, conforto, educação, auxílios contra o desemprego, programas habitacionais, entre outros. A título de ilustração, transcrevemos abaixo um trecho de autoria de José Guilherme Merquior (1982, p. 36), um dos intelectuais mais importantes no cenário brasileiro que se ocupou vastamente com o debate sobre desenvolvimento, que nos servirá de contraponto para o entendimento do impasse que se produz no entrelaço das duas vertentes.

[...] a *ecologia responsável* nada tem a ver com o antiprogressismo sistemático do *ecologismo*, ideologia primitivista cheia de animosidade arcaizante contra a civilização tecnológica. Para os fanáticos do ecologismo, adeptos do Clube de Roma e do requisito do "crescimento zero", e para os "humanismos" anticiência que os inspiram, nosso juízo favorável ao progresso histórico, identificado com o progresso e metamorfose da revolução industrial, é um erro gigantesco. De acordo com essa mentalidade catastrofista, a civilização industrial é o inferno da história, o ponto mais baixo do humano, vítima da sanha tecnológica. Assim, ao contrário das massas, que a técnica vai libertando, cada vez mais, de tantas carências, e da pesquisa desapaixonada dos fatos, a angústia ecológica condena o progresso e repudia a civilização moderna.

Diante do quadro de impasse que se produz na oposição dessas duas correntes em que, por um lado, o crescimento econômico aparece como a solução mais plausível para solucionar problemas mundiais como a fome, pandemias e a pobreza generalizada, e por outro lado, há a necessidade imperativa de conservar o ambiente natural sob o risco de uma catástrofe ainda maior, surge um movimento de caráter moderado que advoga a possibilidade de se conciliar os dois aspectos. Em outras palavras, o *desenvolvimento sustentável*, tal como se denomina essa fórmula paradigmática, despertou o interesse de ambas as vertentes e propiciou a aproximação dos dois lados opostos em torno de um debate de grande relevância atual definido pela questão: será possível conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, mesmo a despeito das reações desastrosas acenadas por um planeta fortemente alterado?

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1983, foi criada a Comissão das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente que lançou, em 1987, o relatório *Nosso Futuro Comum* que teve como objetivo subsidiar as futuras iniciativas da ONU em relação às políticas mundiais de desenvolvimento e conservação ambiental (WCED, 1987). Os resultados obtidos apontaram para a necessidade urgente do estabelecimento de uma nova forma de cooperação internacional como solução para reverter o quadro de destruição ambiental verificado em todos os países pobres visitados (CAPOBIANCO, 1992). Diegues (1992) sublinha a importância desse relatório a partir das seguintes características elencadas abaixo:

- a) apresenta a constatação de que os modelos atuais de desenvolvimento são inviáveis, pois perseguem padrões de crescimento econômico não sustentáveis em longo prazo;
- b) introduz uma dimensão ética e política em que o desenvolvimento torna-se um processo de mudança social e de transformação das relações econômicas e sociais;
- c) propõe uma nova concepção da Economia no que se refere aos custos e benefícios, considerando as variáveis ambientais;
- d) enfatiza a importância da participação política e;
- e) recomenda que se estabeleça um equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e o crescimento demográfico.

É por ocasião da publicação do Relatório Brundtland que o conceito de *desenvolvimento sustentável* ganhou notoriedade enquanto alternativa para manter o progresso humano em todo o planeta por tempo indeterminado (DIEGUES, 1992; CAPOBIANCO, 1992). A

definição de desenvolvimento sustentável proposta pela Comissão Brundtland diz ser aquele *que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras satisfazerem as suas* (WCED, 1987, p.51).

49. Sustainable development seeks to meet the needs and aspirations of the present without compromising the ability to meet those of the future. Far from requiring the cessation of economic growth, it recognizes that the problems of poverty and underdevelopment cannot be solved unless we have a new era of growth in which developing countries play a large role and reap large benefits.

A idéia de *desenvolvimento sustentável* procura equilibrar as dimensões social, ambiental e econômica na busca por soluções para a miséria produzida pelos grupos economicamente dominantes, o que tem ocorrido por meio de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração irracional dos recursos naturais e das camadas pobres da população mundial. Contudo, o Relatório Brundtland não só afasta qualquer possibilidade de cessar o crescimento econômico, mas reconhece sua importância e necessidade para promover o desenvolvimento nos países em desenvolvimento: *Far from requiring the cessation of economic growth, it recognizes that the problems of poverty and underdevelopment cannot be solved unless we have a new era of growth.*

Dessa forma, o relatório reproduz os argumentos defendidos pela ala conservadora de grupos desenvolvimentistas, deferindo a máxima que *o crescimento econômico é a solução para os problemas sócio-ambientais da atualidade*. Pensar em aumentar o crescimento econômico, o que só é possível por meio do aumento da produção e, conseqüentemente, por meio de pressões crescentes sobre o ambiente natural, pode significar o acirramento de uma crise sócio-ambiental que sinaliza um colapso para a civilização humana (LATOUCHE, 2006; KURZ, 2004).

A idéia de desenvolvimento sustentável se esforça para legitimar a compatibilidade entre crescimento econômico e conservação ambiental. Se, por um lado, este é um ponto muito positivo, uma vez que reúne segmentos divergentes e opositores em torno do debate em busca de uma meta comum, por outro lado, se constitui em um ponto fraco que tem sido severamente criticado.

Para Leff (2004, p. 25, 26) o desenvolvimento sustentável ostenta em seu discurso a idéia do crescimento econômico como um processo sustentável, ao passo que produz a base ideológica para a "capitalização da natureza e a redução do ambiente à razão econômica".

O discurso do desenvolvimento sustentável inscreve-se assim numa "política de representação", que simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza. Neste sentido, as estratégias de sedução e simulação do discurso da sustentabilidade constituem o mecanismo extra-econômico por excelência da pós-modernidade para a reintegração do ser humano e da natureza à racionalidade do capital, gerando formas mais sofisticadas, mais sutis e eficazes para a exploração do trabalho e a apropriação dos recursos naturais, que a aplicação da violência direta e a lógica pura do mercado.

Nessa linha de raciocínio, o desenvolvimento sustentável aparece como uma fórmula desesperada das elites para manter os atuais níveis de aporte financeiro para o mundo desenvolvido, o que se determina a partir de um falso pressuposto da necessidade de desenvolvimento enquanto modernização, dissimulando, em seu discurso, a manutenção de sua base produtiva a partir da idéia de redimensionamento dos níveis de exploração ambiental e social.

O cisma entre conservação ambiental e crescimento econômico ainda é algo que parece estar longe de uma solução prática, e o caráter antagônico desses dois aspectos insiste como um problema insolúvel (VEIGA, 2005). A incoerência contida nas propostas do Relatório Brundtland, sustentado pela idéia de conceber o crescimento econômico como solução para a crise sócio-ambiental, toma formas ambivalentes a partir do caráter vago da própria definição de desenvolvimento sustentável (FOLADORI, 1999), o que abre possibilidades para a implantação de estratégias de desenvolvimento com efeitos nocivos sobre a sociedade e o ambiente. Shiva (1987, p. 3) denuncia essa incoerência ao passo que salienta a necessidade de se atentar para outras lógicas baseadas em formas diferentes de percepção acerca dos processos naturais e das sociedades de subsistência.

Enquanto o desenvolvimento, isto é, o crescimento econômico e o mercado estão sendo reconhecidos como a origem da crise ecológica, no Terceiro Mundo eles estão sendo, paradoxalmente, oferecidos como a solução da crise ecológica na forma de "desenvolvimento sustentável". O resultado é a perda dos muitos significados de sustentação. A ideologia do desenvolvimento sustentável é, entretanto, limitada dentro dos limites da economia de mercado. Ela vê as divergências dos recursos naturais e a destruição ecológica separadamente da crise econômica e propõe como solução para a crise ecológica a expansão do sistema de mercado. Como resultado, ao invés de programas graduais de recuperação ecológica do sistema organizacional da natureza e da economia de subsistência, a imediata e acentuada exploração dos recursos naturais utilizando grandes investimentos de capital é apontada como a solução para a crise de sobrevivência.

As críticas ao desenvolvimento sustentável resultam não somente de se tentar manter o crescimento econômico como eixo central do desenvolvimento, mas, também, do caráter vago da própria definição de desenvolvimento sustentável. Esses problemas estruturais do modelo apresentado pelo Relatório Brundtland têm levado diferentes autores a incursionarem por discussões pautadas na revisão do conceito sobre "sustentabilidade", bem como na tentativa de se resgatar seu conteúdo etimológico e seu significado original (LEFF, 2004; VEIGA, 2005; FOLADORI, 1999; SUNKEL; PAZ, 1988). Isso se deve ao uso abusivo e, muitas vezes, equivocado do termo "sustentabilidade" que tem levado a um processo que ora resulta no esvaziamento de seu significado, ora produz a ressignificação do termo com sentido contraditório ou mesmo antagônico (CASTORIADIS, 1987; LEFF, 2004).

Talvez, um dos maiores problemas relacionados à aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável diz respeito ao fato de que numa sociedade em que o sistema político gira sobre o eixo do capital, boa parte das decisões políticas e programas de desenvolvimento se amparam, inevitavelmente, no pensamento econômico. Dessa forma, o caráter vago do conceito de desenvolvimento sustentável permite que economistas introduzam mecanismos artificiais e ineficazes, tal como a valoração ambiental, para atender à necessidade de incorporação das dimensões ambiental e social ao processo de desenvolvimento que se pretende "sustentável". O resultado disso é a formatação de programas denominados "sustentáveis" que não possuem clareza suficiente em relação aos benefícios reais para o ambiente e para as camadas menos favorecidas da população, ao passo que torna o processo de desenvolvimento algo dissimulado, perverso e que insiste em seguir sobre os trilhos incorrigíveis do crescimento econômico.

É provável que isso seja uma característica inerente à *Economia* que, historicamente, só pode se configurar como ciência quando se limita à produção de informações e análises dentro do espectro restrito de um processo *reducionista* (VEIGA, 2005). Este aprisionamento que encerra a *teoria econômica* é produto de sua constituição a partir da *visão mecanicista da razão cartesiana* que, limitada por sua abordagem disjuntiva e fragmentada, impossibilita o tratamento adequado de questões *complexas* e, assim, deflagra a separação

entre conservação ambiental e produção econômica, gerando, entre outros problemas, os processos de degradação ambiental (LEFF, 2004).

Diante do embaraço causado pela necessidade de incorporar as dimensões social e ambiental dentro do processo de desenvolvimento, a ciência econômica permanece acuada diante da ineficácia do seu instrumental para lidar com esse novo desafio. Como operários a serviço de uma classe dominante que quer se firmar no poder e não quer abrir mão de seus estilos de vida, esses economistas se lançam à insensatez de *precificar* e *valorar* elementos, processos e impactos sócio-ambientais na tentativa de validar seus modelos matemáticos que, pouco a pouco, estão perdendo o poder de persuasão (VEIGA, 2005). Nossa compreensão sobre esse assunto é também compartilhada por Hazel Henderson (2006, p. 11) que esclarece, referencia e impulsiona esta discussão no parágrafo transcrito logo abaixo.

Enfeitar tais conceitos com uma matemática “chique” tende a disfarçar suas ideologias subjacentes. [...] A tentação de matematizar conceitos e pressupostos falhos na economia é compreensível, porque obscurece estes vieses carregados de valor. Isso oculta questões públicas como se fossem “técnicas” demais para serem compreendidas pelo público e inclusive pelos legisladores. Dessa maneira, os economistas ganham influência com as instituições ricas e poderosas da sociedade que geralmente os empregam.

O absurdo a que chega esta obsessão pela quantificação de coisas não-quantificáveis se torna insuportável na medida que coloca em risco o futuro da civilização humana. Para Sachs (2002) a Economia tem se tornado uma ciência sombria. Isso se deve, certamente, ao fato dessa ciência ter estado sempre aos serviços das elites dirigentes, detentoras do poder sobre o capital que, destituídas de sabedoria no trato das questões sociais e ambientais, lutam com os instrumentos que dispõem para manter sua posição de comando dentro de um sistema que, essas mesmas elites, conduzem ao colapso.

Em nome de uma política “pé-no-chão”, o mundo ocidental se lançou a um processo de devastação ambiental e degradação social em troca de alguma fantasia materialista e consumo de prazer físico travestidos de “bem-estar” e “felicidade”.

Por séculos, instauramos regimes políticos fundamentados no *racionalismo* e no pragmatismo da calculabilidade econômica com vistas ao crescimento e à acumulação financeira. O primado do *racionalismo* cartesiano parece já ter se estendido para além dos limites da razão, e a maior prova disso é o legado que toma forma no estado das coisas na modernidade. Castoriadis (1987, p. 158), referindo-se ao privilégio que tem gozado o racionalismo na concepção ocidental de conhecimento e produção do saber, diz que:

[...] o homem é um animal louco que, por meio de sua loucura, inventou a razão. Sendo um animal louco, ele naturalmente fez dessa invenção – a razão – o instrumento e a expressão mais metódica de sua loucura. Isso nós podemos saber agora, mas apenas porque ela foi inventada.

Durante, pelo menos, os três últimos séculos, prevaleceu a racionalidade sobre outros aspectos complementares da essência humana, reprimindo-os e atrofiando-os, e definindo um quadro claro de *desequilíbrio* entre esses aspectos. A *loucura* é *desequilíbrio*, e não há palavra melhor para designar o comportamento humano responsável pelos efeitos catastróficos sobre o ambiente e a sociedade que experimentamos nos dias atuais.

Não obstante, a insensatez da quantificação obsessiva e da *precificação* das coisas às quais não se pode atribuir um valor monetário, como é o caso do trabalho realizado por um recife de coral, ou pela camada de ozônio, ou ainda a memória cultural de uma tribo amazônica, é um sintoma evidente desse *desequilíbrio patológico*. É também um sintoma claro, um sinal inquestionável que a Economia já se estendeu demasiadamente para além de

seus domínios, onde seus métodos e ferramentas são ineficazes, criando problemas maiores do que aqueles que procura, em vão, solucionar por meio de valorações e precificações. Concordamos com Veiga (2005, p. 165) quando defende que "a sustentabilidade não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse".

Não se trata, pois, de negar a idéia de desenvolvimento sustentável, ou tentar substituir esse conceito por outros que venhamos a julgar melhor estruturados ou mais eficientes. Entendemos que todo *desenvolvimento* significa, necessariamente, transformação e transição. Dessa forma, reconhecemos que a noção atual de desenvolvimento sustentável já cumpriu o seu papel enquanto disseminador da idéia que introduziu a necessidade de se incorporar a questão ambiental e social às políticas de desenvolvimento em âmbito nacional e global. Trata-se, portanto, do momento de desenvolver o conceito, permitir que seu caráter vago se desdobre em novas formas coerentes com a manutenção da vida, e não se limite ao afã pelo crescimento econômico.

Devemos lembrar que as ações sugeridas pelo Relatório Brundtland se destinam a um planeta com inúmeras culturas diferentes, e o caráter vago da definição de desenvolvimento sustentável tem sua importância na medida em que pode se adaptar e se moldar aos universos culturais extremamente diversificados que integram os povos do mundo. Assim sendo, entendemos que podemos fazer uso da liberdade concedida por esse caráter vago, *aperfeiçoando* e *adaptando* o conceito de desenvolvimento sustentável aos diferentes contextos e culturas, em suas diferentes dimensões espaciais.

Contudo, evitaremos o caminho tortuoso e o emaranhado da discussão que procura decifrar o significado do termo "sustentabilidade", suas etimologias, a crítica aos usos generalizados. Tomaremos um outro caminho, talvez, muito mais simples. De acordo com Castoriadis (1987, p. 140), "ninguém, ou quase ninguém, se detém para se perguntar: *o que é "desenvolvimento", por que o "desenvolvimento", "desenvolvimento" de que e em direção a quê?"*

Essas perguntas, apesar de terem sido feitas há duas décadas, ainda hoje, possuem pouca repercussão na prática acadêmica e, praticamente, nenhuma repercussão nos mercados e nas ações práticas da sociedade. Isso se deve, de acordo com nosso entendimento, ao fato dessas questões tratarem daquilo que é dado por *óbvio*. E aquilo que é *óbvio* sempre é inquestionável ou, no mínimo, não se faz necessário questionar. Mas é atrás de cada coisa dada por *óbvio* que se esconde uma parte da ideologia que restringe a percepção. É questionando o *óbvio* que descortinamos um mundo completamente novo de significados e nos libertamos, ainda que parcialmente, do aprisionamento ideológico.

Uma *pista* valiosa que pode nos ajudar a pensar as questões de Castoriadis se inicia na idéia, amplamente explorada até esse ponto, da relação direta que se estabelece entre desenvolvimento e crescimento econômico. Essa relação, marcada por seu caráter infinito de acumulação, tanto em volume como temporalmente, se configura, naturalmente, como uma ação insustentável.

Seguindo por esse raciocínio, temos o que Daly (2005, p. 99) considera ser "uma das forças motrizes do crescimento insustentável": *o axioma da insaciabilidade*, o qual é definido pela crença que as pessoas são sempre mais *felizes* na medida em que consomem mais. Dessa forma, a noção de *felicidade* estabelece uma *relação* indireta com o conceito de *desenvolvimento*, sendo intermediada pela idéia de *crescimento econômico*.

Entendemos que *desenvolvimento* é *transformação* e movimento. A necessidade desse movimento surge a partir da inquietação humana que busca por mudanças, isto é, a busca por *um outro estado das coisas*. Naturalmente que esse esforço na busca por um outro estado das coisas é produto da insatisfação circunstancial do ser humano, uma angústia que define e diferencia a nossa espécie melhor do que qualquer outra característica biológica.

A esse movimento, a essas transformações de um estado das coisas para outro estado denominamos *desenvolvimento*. Mas a meta final, o objetivo central de todo esse esforço permanece intocado. Parece-nos intangível pelos meios que empregamos até agora.

DESENVOLVIMENTO E FELICIDADE

Naturalmente que maiores níveis de *consumo* não produzem *felicidade*. Embora essa afirmação dispense qualquer tipo de confirmação científica, há, contudo, os resultados de pesquisas realizadas por psicólogos e economistas experimentais que corroboram a assertiva acima, tal como aponta Daly (2005, p 99).

Crescentes evidências, como o trabalho de 1990 de Richard A. Easterlin, da Universidade do Sul da Califórnia, sugerem que o crescimento nem sempre incrementa a felicidade (nem a utilidade ou o bem-estar). Em vez disso, a correlação entre a renda absoluta e a felicidade é válida apenas até um limiar de "suficiência"; além desse ponto, apenas o status relativo influencia a autopercepção de felicidade.

Portanto, rejeitamos a idéia de que o crescimento econômico, enquanto suporte para propiciar maiores níveis de consumo, seja a via de acesso para *um outro estado das coisas* que satisfaça a *realização humana*, a qual pressupõe, antes de tudo, o bem-estar e a *felicidade*.

Sendo assim, entendemos que o desenvolvimento, tal como o conhecemos, definido pelo crescimento econômico, falhou em seu *objetivo principal*. Esse desenvolvimento falha não somente na tarefa de organizar o estado das coisas para que ali o homem satisfaça a sua realização, mas promove um estado de desorganização maior ainda, produzindo o contrário do que pressupunha a sua idealização.

A partir desse contexto, em que percebemos as incoerências desse processo de desenvolvimento, bem como a ameaça que ele constitui para a realização humana, é que surge a idéia de *um outro desenvolvimento* que se deseja sustentável. Entendemos que esse outro desenvolvimento quer nos levar para onde falhou o desenvolvimento baseado no crescimento econômico. Portanto, essa nova forma de desenvolvimento, que se pretende sustentável, não pode estar fundamentada nos mesmos pilares responsáveis pelo fracasso de seu precursor, ou seja, a idéia de se manter o crescimento econômico, mesmo que dissimulado por manejos sustentáveis, como força motriz do processo de desenvolvimento.

Concordamos com Sachs (2002) que será essencial inventar uma civilização moderna baseada na conservação e aproveitamento racional da natureza, o que não significa, em hipótese alguma, retroceder aos modos ancestrais de vida. Mas isso também não pode significar se lançar sobre os últimos remanescentes de áreas naturais ainda preservados, mas mudar o modelo de produção, redimensionar os níveis de consumo e reaproveitamento de rejeitos.

Para isso seria necessária uma mudança substancial, o que depende essencialmente do surgimento de uma *nova consciência*. Não se trata simplesmente de combater os *mercados*, mas estabelecer novos *sentidos e direções*. Lembremos que os mercados, ao longo da história, têm desempenhado sua função de troca de modo tão necessário como a troca de informação por meio do diálogo (SEN, 1999, p. 21).

Como observou Adam Smith, a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar.

Ser *genericamente contra* os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas [...]. A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes não necessita de justificação defensiva com relação a seus efeitos favoráveis mas distantes; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade [...].

Sobre a liberdade para os mercados, subentendida no parágrafo acima transcrito, Sachs (2002, p. 55) fornece um contraponto importante ao lembrar que “desenvolvimento sustentável é incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado”, o que se deve à cegueira dos mercados “para quaisquer considerações que não sejam lucros e a eficiência smithiana de alocação de recursos”.

Tanto as idéias de Sen (1999), como as de Sachs (2002) contribuem, decisivamente, para a nossa discussão sobre o papel dos mercados dentro do processo de desenvolvimento. Mas há aqui um certo caráter antagônico que exige uma *síntese* capaz de compatibilizar esses argumentos dentro da linha de compreensão que estamos desenvolvendo.

Pensar que poder-se-ia estabelecer algum tipo de controle por parte dos Estados sobre os mercados, significa admitir alguma forma de censura, estratégia essa que, historicamente, sabemos ser pouco eficiente, uma vez que reprime a liberdade das pessoas expressa pelo *desejo* das massas de consumidores de serem prontamente *atendidas pelos mercados*. A repressão desses desejos, ou da possibilidade de atendimento a esses desejos produz, com frequência, efeitos adversos, induzindo o surgimento de mercados negros para todos os tipos de bens e serviços.

Neste ponto, chegamos a um dilema de difícil solução. Recuperemos, portanto, a idéia que aponta para a necessidade de uma *nova consciência*. Essa nova consciência surge, inevitavelmente, ao longo do próprio processo de desenvolvimento, entendido como processo de transformação, e resulta da ação do sujeito livre e reflexivo que, por meio da compreensão, busca no desenvolvimento a sua causa finalista, isto é, o sujeito busca estabelecer o sentido de sua ação como força promotora do desenvolvimento. Por esse meio, a noção de responsabilidade e compromisso sócio-ambientais se manifestam não como uma determinação ética, mas, sobretudo, como consequência espontânea da ação do sujeito.

Tomando esse raciocínio a partir do aspecto coletivo da sociedade, concluímos que o papel dos mercados, bem como o seu nível ético, dependem essencialmente de uma nova consciência, que é produto e, ao mesmo tempo, produtora do processo de desenvolvimento enquanto resultado da ação social dirigida pelo sentido que lhe confere direção e significado.

Retomemos mais uma vez as questões colocadas por Castoriadis (1987) sobre o “por quê” do *desenvolvimento* e passemos a examiná-las sob um outro ponto de vista. Uma das respostas mais imediatas que emerge da ideologia desenvolvimentista é aquela que aponta para o *aumento de riqueza* material. Essa resposta nos leva para uma questão que Sen (1999, p. 28) formula no parágrafo transcrito abaixo:

Se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais são exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos “fazer” com mais riqueza?

Em resposta à sua própria questão, o autor salienta o aspecto positivo da riqueza como “um meio admirável para termos mais liberdade”. Contudo, não podemos deixar de considerar o aspecto mais notório da busca pela *riqueza material*, o qual se define na busca pelo *aumento de poder*.

A idéia da *liberdade* como resultado da riqueza, isto é, a partir de uma perspectiva ideal e básica para os argumentos de Sen (1999), só pode se manifestar dentro do universo

limitado pela liberdade de outros sujeitos, proporcionalmente à riqueza que cada um desses sujeitos detém. Por outro lado, a idéia de *poder* como resultado da riqueza permite ampliar as possibilidades de ação do sujeito sobre outros espaços individuais, restringindo-os e produzindo a *privação* que é *anti-liberdade*.

Em última instância, poder-se-ia dizer que a noção de riqueza produz, por um lado, uma idéia bonita de liberdade e, por outro lado, efetiva o seu contrário, que é dominação, que é privação.

Para Castoriadis (1987, p.153) a idéia de poder, enquanto produtora do processo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico infinito, é tomada a partir dessa mesma perspectiva, qual seja, o aumento ilimitado de poder.

Por trás da idéia de poder jaz a aspiração ao controle total, a subordinação de todos os objetos e de todas as circunstâncias à vontade e ao desejo. [...] é a idéia de dominação total que constitui o motor oculto do desenvolvimento tecnológico moderno.

Dessa forma, a ciência cartesiana, com seu desejo de dominação sobre a natureza, acaba por se converter no instrumento ideal para que o homem, encerrado neste estado de espírito motivado pela dominação, se arremesse na busca pelo poder, deixando atrás de si um rastro irrecuperável de degradação ambiental e miséria sócio-cultural.

Se isso é verdade, também é verdade que o homem o faz em nome do bem-estar, mesmo que seja apenas pelo seu próprio bem-estar. Certamente que cada um de nós não temos feito outra coisa, cada um ao seu modo, com suas convicções, causando maior ou menor impacto sobre a sociedade e ao ambiente.

Com efeito, o homem diante de sua inquietação, ainda convicto no aumento de poder como via de acesso para sua realização, é algo que diz respeito à maioria dos povos. Dalai Lama (2000, p. 13), um dos maiores líderes religiosos da atualidade, tem despertado a atenção do universo científico (veja, por exemplo, Mind and Science Forum, 2002) e aponta, por meio de suas reflexões resultantes da observação direta, aquilo que vai se configurando, de modo inequívoco, como a causa final do processo de desenvolvimento.

De fato, quanto mais coisas vejo no mundo, mais claro fica para mim que, não importa qual seja a nossa situação, sejamos ricos ou pobres, instruídos ou não, qualquer que seja a nossa raça, sexo ou religião, todos desejamos ser felizes e evitar os sofrimentos. Cada uma de nossas ações conscientes e, de certa forma, toda a nossa vida – como escolhemos vivê-la dentro do contexto das limitações que as circunstâncias nos impõem – podem ser vistas como resposta à grande pergunta que desafia a todos: “Como posso ser feliz?”.

Longe de tentar responder a essa última questão, tão simples e tão complexa, entendemos que a busca humana por *um outro estado das coisas*, o que se efetiva por meio do desenvolvimento, possui em sua perspectiva alcançar o *bem-estar*, o que se traduz na busca humana pela felicidade. Não obstante, isso é algo que não pode ser alcançado individualmente. O homem, percebido como uma entidade biológica e cultural, define-se, essencialmente, por seu caráter social e ecológico. E assim, o seu próprio bem-estar depende do bem-estar do todo, isto é, onde o seu mundo está inserido e do qual depende enormemente. Dessa forma, seu nível de bem-estar possui dependência estreita dos efeitos que ele produz em seu meio, bem como das respostas e reações que o meio produz na forma de benefícios ou ameaças ao seu bem-estar.

O projeto civilizatório na modernidade fracassa na medida em que promove a fragmentação da sociedade, produzindo sociedades com pouco senso comunitário e enfraquecidas politicamente sob a falácia de uma noção de liberdade destituída de sentido, produtora do aprisionamento do sujeito às ideologias indutoras do colapso sócio-ambiental.

Em síntese, entendemos que a idéia de *desenvolvimento*, que tem suas raízes no processo histórico, é a ação social onde o *sentido* finalista se revela mediante a perspectiva ecológica que é *compreensão*. Esta, por sua vez, procura incorporar em sua análise a *complexidade* inerente ao *estado das coisas*, e se esforça para nela integrar as diferentes dimensões que perfazem a essência humana em interação com o seu meio. Dessa forma, surge uma *nova consciência* que busca a reorganização do estado das coisas a partir do *sentido* que essa mesma consciência produz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste trabalho acerca do conceitos de *desenvolvimento*, *sustentabilidade* e *crescimento econômico*, foram empreendidas por meio de uma matriz sustentada pelo relacionamento entre a *causa* promotora do processo de desenvolvimento e sua *finalidade*, a qual procuramos esclarecer. Entretanto, não queremos com isso produzir um conceito estéril que implica em estagnação. Pelo contrário, pois como o próprio conceito de desenvolvimento significa movimento e transformação, a estagnação lhe é algo completamente estranho e incompatível. Não obstante, esse movimento certamente não se dará pela *via* do crescimento econômico.

Uma outra via possível é aquela que se insinua a partir da *grande questão* colocada por Dalai Lama e que, de maneira confessa, admitimos não ter resposta. Mesmo assim, vale a pena lembrar que, em busca dessa resposta, a humanidade já esgotou quase todas as possibilidades. Já não há mais terras a serem descobertas e nossas naus já singraram por todos os mares. Percorremos todos os cantos, desde as profundezas abissais dos oceanos, até o espaço sideral que nos cerca.

O que procuramos mostrar é que a equação correta não é efetuada através da *conciliação* entre crescimento econômico e conservação ambiental, isto é, que esses dois aspectos, antes incompatíveis, possam ocorrer simultaneamente sem que haja conflito. Lembremos que o projeto do desenvolvimento sustentável é aquele que quer cumprir com aquilo que o desenvolvimento baseado no crescimento econômico falhou. Portanto, a tônica dessa outra forma de desenvolvimento não pode continuar insistindo sobre as mesmas estratégias responsáveis pela eclosão da crise sócio-ambiental, entre as quais se destaca a promoção do crescimento econômico em sua aceção irrestrita.

A equação que julgamos mais apropriada em face das circunstâncias atuais se define na mudança de direção dos vetores de condicionamento entre os elementos que procuram coexistir sob a idéia do desenvolvimento sustentável. Entendemos que o crescimento econômico deve ser conseqüência espontânea da realização humana que só pode ocorrer mediante a conservação dos recursos que viabilizam a nossa existência. Dessa forma, o crescimento econômico fica condicionado ao desenvolvimento humano conduzido por uma abordagem que reúne os aspectos social, ambiental e econômico dentro de um universo ecológico único, e não o contrário, como tem pretendido as interpretações de caráter administrativo e empresarial focadas na lucratividade e que insistem em reduzir a idéia de desenvolvimento sustentável a uma extensão do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, W. M. *Green Development: Environment and sustainability in the Third World*. New York: Chapman & Hall, Inc., 1992. 257p.
- AFP, AP e REUTERS. Países pedem “polícia” ambiental. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 fev. 2007. Internacional, Caderno Vida&, p. A28.
- ASHTON, T. S. **A Revolução Industrial**. Lisboa, Portugal: Publicações Europa América, 1990. 211p.
- BARBIERI, E. **Desenvolver ou preservar o ambiente?** São Paulo: Ed. Cidade Nova, 1996. 62p.
- CAPOBIANCO, J. P. O que podemos esperar da Rio 92? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 13-17. 1992.
- CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 466 p.
- CAVALCANTI, C. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 73-84. Jan./jul. 2003.
- DALAI LAMA. **Uma ética para o novo milênio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 168 p.
- DALY, H. E. Sustentabilidade em um mundo lotado. **Scientific American**, ano 4, n. 41, p. 92-99. Outubro de 2005.
- DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29. 1992.
- FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas – SP: Ed. UNICAMP/ Imprensa Oficial do Estado, 2001. 221p.
- HENDERSON, H. Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades. **Cadernos IHU idéias**, São Leopoldo, ano 4, n. 58, 21p. 2006.
- KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 231p.
- LAGO, A.; PÁDUA, J. A. **O que é Ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001. 108 p.
- LATOCHE, S. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. **Cadernos IHU idéias**, São Leopoldo, ano 4, n. 56, 14p. 2006.
- LEAUTIER, F. A. Desenvolvimento sustentável: lições aprendidas e desafios à frente. **Questões Globais**, v. 7, n. 1, abril de 2002. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0402/ijpg/ijpg0402.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2004.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. 494 p.
- MERQUIOR, J. G. **A natureza do processo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982. 217 p.
- MIND AND SCIENCE FORUM. **Why is it that so much of what our minds do is non-conscious? What does that mean for our concept of mind?** Canberra, Australia: The Australian National University. 24 May 2002. Disponível em: <http://www.centreforthemind.com/newsmedia/WHATSHOT/mediarelease.cfm>. Acesso em: 14 abr. 2009.
- MUSSER, G. O clímax da humanidade. **Scientific American**, ano 4, n. 41, p. 36-39. Outubro de 2005.

- ROSSETTI, J. P. **Política e programação econômicas**. São Paulo: Atlas, 1987. 319 p.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95p. Segunda edição.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 409 p.
- SHIVA, V. Dos novos limites às políticas ambientais. In: CONVENÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL "OS NOVOS LIMITES FÍSICOS, SOCIAIS E ÉTICOS DO DESENVOLVIMENTO", Siena, 31 de outubro a 2 de novembro de 1989. 8 p. **Aula magna**. Exemplar datilografado e fotocopiado.
- SUNKEL, O.; PAZ, P. **El subdesarrollo latino americano y la teoria del desarrollo**. México: Siglo XXI Editores, 1988. 385 p.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226 p.
- WCED (WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT). **Our common future**. Report of the World Comission on Environment and development. United Nations, 4 ago. 1987. 318 p. Exemplar scanerizado a partir do texto datilografado original. Disponível em <http://www.are.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf?PHPSESSID=7c41e05f78b4c781a66bb6f7e281f66d>. Acesso em 10 jan. 2007.

Recebido em novembro de 2008

Revisado em março de 2009

Aceito em maio de 2009